ISSN: 2358-8829

A HISTÓRIA QUE NÃO É CONTADA – MULHERES E O APAGAMENTO HISTÓRICO NO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)

Milena Salazar Queiroz [1]
Prof. Dr. Marco Antônio Machado Lima Pereira [2]

INTRODUÇÃO

> Como se a pátria as rejeitasse.
> [...] apesar de "amarem a pátria com uma ternura incomparável, ***porque aqueles que a compõem nascem de suas dores***" (MORIN, Tania. 2014)

A participação das mulheres nos acontecimentos históricos, ao longo do tempo e em todo o mundo, sempre foi assídua. Elas sempre estiveram presentes e atuantes, seja como resistências aos sistemas de poder, seja como as próprias algozes e, principalmente, como aquelas que geram e possibilitam à sociedade a plenitude de sua existência. A verdade é que sua participação na História é resumida, apagada ou tendenciosamente utilizada para descredibilizar sua atuação. Mas, se somos nós tão inúteis assim, por que a pressa em nos esconder? Não é novidade para ninguém que a História do mundo é marcadamente dedicada aos homens, a figuras masculinas que, heroicamente ou cruelmente, firmaram suas sociedades, principalmente aos homens brancos, europeus e pertencentes às elites. Mas por onde estiveram as mulheres dessas sociedades nesses momentos? O que elas estavam fazendo? Segundo Moreira (2018):

> Até certo período da história, as mulheres foram abordadas e narradas sob a perspectiva dos homens. A história contada por elas, descrevendo as mulheres em longos períodos, é recente, datada, segundo Michele Perrot (2007), a partir de 1970. Segundo Rago (1995), como campo de pesquisa, a história das mulheres passou por momentos oriundos das —pressões e demandas do movimento feminista, desde os anos 70, com a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e na vida acadêmica, forçaram uma quebra do silenciamento das historiadoras (Rago, 1995, p. 81). Este campo de pesquisa foi se consolidando gradativamente no mundo acadêmico, com confrontos e desafios contra a opressão e dominação, ampliando seus campos de discussão, seus

[1] Graduanda do Curso de Licenciatura interdiciplinar em Ciências Humanas - História da Universidade Federal do Maranhão CCCO - UFMA, salazar.milena@discente.ufma.br ;
[2] Docente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro de Ciências de Codó, orientador@email.com.

> temas e áreas de conhecimento, que o enriqueceram e o tornaram científico. (Moreira, 2018, p.16)

A História, ao contrário do que se imagina, não se resume somente à narração dos fatos, mas está diretamente ligada à forma como esses fatos são descritos, a quais sujeitos são favorecidos em uma narrativa, quais fatores são privilegiados e quais são excluídos. A forma como um fato é contado pode mudar percepções sociais sobre algo ou alguém, reforçar estereótipos e consolidar relações de dominação.

Com base nos estudos de Joan Scott (1986), em sua obra **"Gênero: uma categoria útil de análise histórica"**, é possível observar as questões de gênero na História sob outro olhar, para além dos pressupostos que estabelecem "definições e limitações naturais" para as mulheres, passando a compreendê-las como um dos pilares das relações de poder dentro das sociedades. A historiadora estadunidense Scott (1986) traz para o debate a compreensão de que a participação das mulheres nos acontecimentos históricos não foi menor por incapacidade feminina, mas, sim, em razão de uma dinâmica de favorecimento aos homens, baseada em uma série de estigmas que aprisionavam essas mulheres a condições de subordinação.

> A política é apenas uma das áreas na qual o gênero pode ser utilizado para análise histórica. Escolhi os exemplos seguintes, ligados à política e ao poder, no sentido mais tradicional, quer dizer, naquilo que enfatizam o governo e o Estado-nação, por duas razões. Em primeiro lugar, porque se trata de um território praticamente inexplorado, já que o gênero tem sido percebido como uma categoria antitética às tarefas sérias da verdadeira política. Em segundo lugar, porque a história política — ainda o modo dominante de pesquisa histórica — tem sido o bastião de resistência à inclusão de materiais ou questões sobre as mulheres e o gênero. (Scott, 1995, p. 89).

A maneira como a História do mundo foi contada ao longo do tempo favoreceu guerras, conquistas e decisões políticas tomadas por homens no poder, mas isso não significa que as mulheres não tenham participado ativamente e de diversas maneiras desses mesmos acontecimentos. O que acontece é que, na dinâmica social do passado, foram criadas teorias, sem bases comprobatórias, sobre a inferioridade intelectual e física feminina. Esse fato determinou quais sujeitos teriam mais acesso à informação e aos cargos de poder, assim como ao reconhecimento histórico por suas ações e contribuições, e quais seriam invisibilizados e permaneceriam sem reconhecimento.

ISSN: 2358-8829

> Para os/as historiadores/as das mulheres, não tem sido suficiente provar que as mulheres tiveram uma história, ou que as mulheres participaram das principais revoltas políticas da civilização ocidental. A reação da maioria dos/as historiadores/as não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres e, em seguida, seu confinamento ou relegação a um domínio separado. (Scott, 1995, p.73)

Esses fatores de invisibilidade feminina na construção histórica e social ganham ainda mais ênfase quando pensamos nas experiências de mulheres negras e indígenas. Lélia Gonzalez (1984), em seu ensaio **"Racismo e sexismo na cultura brasileira"**, nos direciona a compreender que as dores e as consequências do machismo não são sentidas da mesma maneira por mulheres brancas e negras, principalmente devido ao fatídico momento da história do Brasil que marcou para sempre a dinâmica social deste país: a escravização de africanos e afro-brasileiros. Desse modo, compreende-se que as mulheres negras enfrentam diferentes formas de violência e apagamento histórico: a primeira, por serem mulheres, e a segunda, por serem negras. Esse ponto também pode ser correlacionado às experiências históricas das mulheres indígenas no país, que também ocupam esse lugar de duplo desfavorecimento. Como um terceiro agravante dessa realidade, Gonzalez (1984) acrescenta a questão de classe aos desafios enfrentados pelas mulheres negras: ser mulher, negra e pobre no Brasil.

> "O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular." (Gonzalez, 1984, p. 224)

Como um terceiro agravante dessa realidade, Gonzalez (1984) acrescenta a questão de classe aos desafios enfrentados pelas mulheres negras. Ser mulher, negra e pobre no Brasil significa ocupar um lugar ainda menos reconhecido na História. Ou seja, enquanto as lutas sociais protagonizadas por pessoas brancas ao redor do mundo são consideradas heroicas e revolucionárias, aquelas protagonizadas por pessoas negras, em contrapartida, são frequentemente nomeadas como revoltas e rebeliões. Entre as poucas vezes em que há reconhecimento das ações das mulheres nessas causas, as mulheres brancas aparecem ao lado dos "heróis", enquanto as negras são associadas aos "marginais".

> "Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes

> populares, da mulher, do negro do índio na nossa formação histórica e cultural.” (Gonzalez, 1982, p. 3).

No âmbito educacional, essas questões assumem particular relevância, pois é nesse ambiente, por meio dos conteúdos históricos trabalhados em sala de aula e da forma como são abordados, que os estudantes poderão compreender as sociedades, suas relações e organizações, assim como construir uma base para compreender a importância dos sujeitos históricos e dos atores sociais. Portanto, incluir as contribuições históricas das mulheres, assim como promover debates sobre o apagamento histórico e os papéis secundários a elas atribuídos no ensino desses conteúdos, é importante para discutir o patriarcado e a desigualdade de gênero. Como afirma Moreira (2018):

> Além disso, na prática como professora de história, considero importante a participação feminina, pois o silenciamento, a suposta neutralidade e generalização dos conteúdos gerais propostos em livros ou no currículo tradicional de história, divididos em História Antiga, Medieval, Moderna, Brasil Colônia, Império, República e Contemporânea, acabam por privilegiar as estruturas e não o sujeito histórico e seus movimentos. Por estar inserida nos espaços escolares que são permeados por relações, entre estas as de gênero, concluo que a escolha por determinados temas e o silenciamento de outros possuem implicações que reforçam estereótipos e representações sociais, o que pode contribuir para a perpetuação das desigualdades e também para a perpetuação de uma memória oficial excludente. (Moreira, 2018, p. 18)

Dessa forma, neste estudo, buscaremos compreender como o apagamento histórico das mulheres se manifesta no ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental e de que maneira as práticas de ensino em sala de aula contribuem ou não para o destaque de suas contribuições. Diante dessa problemática, o presente estudo tem como objetivo discutir e problematizar como as contribuições das mulheres nos acontecimentos históricos estão (ou não) sendo evidenciadas em sala de aula, além de compreender como a ausência dessa representatividade pode prejudicar a percepção de crianças e jovens acerca das capacidades e da importância das mulheres.

Para alcançar os objetivos propostos, este estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, com reflexão sobre uma experiência pedagógica. Teve como procedimentos a observação participante em sala de aula e a análise bibliográfica da atuação feminina na Revolução Francesa, com base na obra de Tania Machado Morin, bem como das relações entre racismo e sexismo, a partir das contribuições de Lélia Gonzalez.

Em síntese, compreende-se que o ensino de História no Ensino Fundamental, considerando as observações dos conteúdos do livro didático e as metodologias de ensino dos professores, ainda se mostra carente de práticas pedagógicas que enfatizem o papel das mulheres e auxiliem no combate à desigualdade de gênero.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para o desenvolvimento deste estudo, foram adotados procedimentos metodológicos que envolveram a revisão bibliográfica de publicações referentes ao apagamento histórico das mulheres no ensino de História, por meio dos estudos de Joan Scott, especialmente em sua obra *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Também foram consideradas as contribuições de Viviane da Silva Moreira, em *Ensinar mulheres na história: abordagens biográficas*, e de Tania Machado Morin, em *Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa*. Além disso, foram utilizadas as reflexões de Lélia Gonzalez, em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, a fim de ampliar a discussão sobre a importância da valorização da história das mulheres negras no ambiente escolar.

Além da revisão bibliográfica, este estudo considera as experiências vivenciadas durante a participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), em uma turma do 8º ano B do Ensino Fundamental, em uma escola pública do município de Codó–MA, durante o ano de 2024. No decorrer dessa experiência, foram desenvolvidas atividades pedagógicas que buscaram enfatizar a participação das mulheres como protagonistas da História, contribuindo para a valorização de suas trajetórias e de suas contribuições para os acontecimentos históricos.

Entre as atividades realizadas, destacam-se a apresentação de imagens de personalidades femininas importantes, tanto do passado quanto da contemporaneidade, como Sônia Guajajara, Maria Firmina dos Reis, Dandara dos Palmares e Maria Quitéria, entre outras. Também foram realizadas rodas de conversa para apresentar suas histórias e contribuições para a História, além de dinâmicas voltadas à retomada dos conteúdos trabalhados com os estudantes. Essas atividades fizeram parte das ações pedagógicas desenvolvidas no âmbito do PIBID, e não foram planejadas originalmente como procedimentos de coleta de dados para esta pesquisa. Dessa forma, a experiência é

retomada neste estudo como um elemento de reflexão sobre as possibilidades de abordagem da história das mulheres no ambiente escolar, em diálogo com as discussões teóricas apresentadas na revisão bibliográfica. Desse modo, pretende-se estabelecer aproximações entre a experiência pedagógica e as discussões teóricas estudadas, contribuindo para a reflexão sobre o apagamento histórico das mulheres e sobre as possibilidades de construção de práticas educativas que valorizem sua participação nos diferentes processos históricos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção do conhecimento histórico envolve muitas etapas: a investigação, a interpretação e a seleção de acontecimentos, sujeitos e experiências que contribuem para a compreensão das sociedades ao longo do tempo. Porém, as formas de narrar esses acontecimentos podem ser cruciais para destinar lugares de destaque a sujeitos específicos. Em nosso caso de análise, as figuras masculinas recebem esse favorecimento. Esse apagamento não significa necessariamente que as mulheres nunca sejam mencionadas, mas, sim, que suas experiências e contribuições podem aparecer de maneira limitada ou secundária. A ausência ou a pouca valorização das mulheres nos conteúdos escolares pode limitar a compreensão dos estudantes sobre quem tem capacidade de participar de acontecimentos históricos, com base na leitura de Scott (2018) compreende-se que as diferenças que são socialmente construídas entre homens e mulheres, causam percepções de superioridade e poder, que diminuem a mulher de diversas maneiras. A seleção de acontecimentos, personagens e processos apresentados no ensino de história, não são de todos neutros, estes quesitos também se configuram como objetos políticos, e podem sim, dar mais destaque a certos sujeitos do que a outros.

Durante o período em que atuei como pibidiana, pude perceber que os conteúdos determinados para o 8º ano B não apresentavam as mulheres como protagonistas de nenhuma das ações descritas. Destaco o conteúdo referente à Revolução Francesa, que mais me chamou a atenção durante minhas observações em sala de aula. Considerada a revolução popular mais influente e uma das pioneiras no que diz respeito à grande mobilização, participação e êxito de pessoas empobrecidas que lutaram por melhores condições de vida contra o poder de uma monarquia exploradora, essa revolução tem a participação feminina completamente excluída dos registros de suas manifestações,

organizações e lutas armadas e intelectuais. Isso é revoltante, já que, segundo Morin (2014), em sua obra *Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa*, as mulheres desempenharam papéis tão importantes quanto os dos homens: participaram da luta armada, de reuniões estratégicas e, mesmo sem serem consideradas cidadãs de fato, lutaram contra as injustiças sofridas pelos mais necessitados e pelos direitos dos homens.

> A Marcha a Versalhes marcou a entrada dramática das mulheres na cena política nacional. As ativistas tiveram um apoio expressivo de seus homens, e desde o início da Revolução se observam laços de cooperação entre eles. (Morin, 2018, p.23)
>
> As mulheres não tinham direito às prerrogativas formais da cidadania: direito ao voto, ao porte de armas e ao pertencimento à Guarda Nacional. (Morin, 2018, p.23)
>
> Mesmo excluídas legalmente do corpo eleitoral, em julho de 1793 grupos de mulheres declararam na Convenção que aceitavam a nova Constituição e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. (Morin, 2018, p.23-24)

Essas informações não chegam até os alunos, nem por meio dos conteúdos dos livros, nem pela dinâmica de explicação dos conteúdos em sala de aula. Essa realidade é perigosa, pois impede que as meninas se sintam representadas por mulheres que demonstraram inteligência, força e resiliência, e que os meninos desenvolvam sentimentos de admiração e reconheçam a igualdade de capacidades entre homens e mulheres. A autora destaca que a participação das mulheres na Revolução Francesa foi muito revolucionária, pois foi a primeira vez que os homens tiveram que explicar a razão da falta de igualdade de direitos entre homens e mulheres. Foi o começo de uma luta que se perpetua até os dias de hoje e, mesmo que naquele momento elas não tenham, de fato, obtido êxito, foi o início de um debate que seria responsável por conquistas que contribuíram para os direitos que as mulheres têm atualmente.

> "a metade da espécie humana está privada de seus direitos naturais; e de definha num estado que se aproxima da escravidão". Protesta veementemente contra o artigo 29 da nova lei penal, que equipara as mulheres aos homens estrangeiros para efeitos das sentenças judiciárias, como se a pátria as rejeitasse, apesar de "amarem a pátria com uma ternura incomparável, porque aqueles que a compõem nascem de suas dores". (Morin, 2018, p.40)
>
> Indignada com a injustiça, a autora pondera que se uma parte dos erros do governo é atribuída a uma "mulher estrangeira" (Maria Antonieta), ... Para ela, a culpa e o mérito têm que ser igualmente atribuídos (Morin, 2018, p.40)
>
> Essa autora não vê nenhuma razão lógica ou justa para um tratamento desigual e discriminatório em relação à mulher francesa. Percebe-se aqui o início de uma consciência feminista avant-la-lettre (Morin, 2018, p.40)

Ao realizar minhas atividades enquanto pibidiana, pude apresentar às crianças daquela turma personalidades femininas importantes da História, constatando que elas desconheciam as mulheres apresentadas. Notei também que demonstravam mais surpresa e certa curiosidade em relação às mulheres negras que atuavam fora dos lugares de subalternização, como líderes, corajosas e determinantes para seus grupos. Esse aspecto chama a atenção para o que Lélia Gonzalez apresenta em seu ensaio "Racismo e sexismo na cultura brasileira". Segundo Gonzalez (1984), não há representatividade negra no ensino escolar que inspire as crianças negras e lhes ofereça possibilidades de desenvolver a autoestima dentro do ambiente escolar. Nas dinâmicas seguintes, desenvolvidas para verificar a assimilação desses conteúdos, foi possível notar mais empolgação por parte dos alunos, principalmente das meninas, ao responderem às perguntas referentes às mulheres trabalhadas anteriormente. É importante destacar que minhas intervenções em sala de aula não aconteciam diariamente, respeitando o tempo de aula de que a professora titular precisava para ministrar suas aulas. Nesse período, eu observava a dinâmica da sala, os desafios enfrentados pela professora titular, os conteúdos e a forma como eram abordados.

Correlacionando as análises teóricas das autoras com as experiências vivenciadas enquanto pibidiana em uma turma do 8º ano B do Ensino Fundamental, foi possível compreender a importância de um contexto educacional que valorize a participação e a contribuição das mulheres na História para a construção de um ensino verdadeiramente igualitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, foi possível concluir que os conteúdos históricos trabalhados no 8º ano B do Ensino Fundamental, não incluem de forma contundente as contribuições femininas necessárias referentes aos eventos descritos, principalmente quando se trata das contribuições de mulheres negras e/ou indígenas. Enquanto isso, as figuras masculinas continuam predominantes no protagonismo de cada um desses momentos históricos. Notou-se também que ainda há um déficit de práticas pedagógicas e metodológicas por parte dos professores que estejam inclinadas e dedicadas a considerar a questão da desigualdade de gênero no ensino, e que os desafios encontrados pelo professor dentro de

sala aula, incluindo o curto período de tempo para ministrar a aula, acaba também impedindo que haja estas discussões.

Esta falha educacional abre ainda mais espaço para o apagamento histórico feminino, tornando-se uma poderosa aliada para a desvalorização da mulher na História. Desta forma, faz-se extremamente importante que haja mais estudos voltados para a importância da representatividade feminina nos conteúdos históricos trabalhados em sala de aula, aliada a debates sobre o patriarcado e o machismo, para que o ensino se torne mais igualitário, e as meninas se sintam representadas e encorajadas a se tornarem cada vez mais participativas e engajadas em seus objetivos, e para que os meninos desenvolvam um senso coletivo de parceria com as mulheres, admirando-as e respeitando-as como indivíduos tão capazes quanto eles.

Palavras-chave: Mulheres; Ensino; Apagamento histórico; Sala de aula; História.

REFERÊNCIAS

GONZALEZ, Lélia. **De Palmares às escolas de samba, tamos aí.** *Mulherio*, São Paulo, ano 2, n. 5, p. 3, jan./fev. 1982. Disponível em: https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/arquivo/II_5_1982menor.pdf. Acesso em: 14 out. 2026.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, p. 223-244, 1984.

MOREIRA, Viviane da Silva. **Ensinar mulheres na história, abordagens biográficas**. Dissertação (mestrado profissional) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Florianópolis, 2018.

SCOTT, **Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, p. 71-99, 1995.

MORIN, Tania Machado. **Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2014. E-book

IMPORTANTE:

ISSN: 2358-8829

Após publicados, os arquivos de trabalhos não poderão sofrer mais nenhuma alteração ou correção.

Após aceitos, serão permitidas apenas correções ortográficas. Os casos serão analisados individualmente.